



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 2 AO CONTRATO Nº 20/2017.

TERMO ADITIVO Nº 2 AO CONTRATO Nº 20/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0000914-12.2017.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO N. 17/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA SETOPAR - SERVICOS TERCEIRIZADOS DO OESTE DO PARANA EIRELI - ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, CONSISTENTES EM POSTOS DE ALMOXARIFE, PARA TRABALHAREM PRIORITARIAMENTE NA CONSERVAÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS DO TRE-RO.

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, comparecem, de um lado, a UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador SANSÃO SALDANHA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 274.136 – SSP/DF e CPF nº. 059.977.471-15, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **SETOPAR - SERVICOS TERCEIRIZADOS DO OESTE DO PARANA EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.637.701/0001-24, com sede na Rua Benedito Montenegro n. 1015, bairro Jardim Alvorada, CEP 87.035-200, Município de Maringá, Estado do Paraná, Telefones: (44) 3228-0577 e (44) 99727-6783, E-mail: setopar@outlook.com, neste ato representada pelo Senhor **JULIO CÉSAR DE PAULA SOUZA BARBOSA**, brasileiro,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

portador da Cédula de Identidade RG nº 15.894.592-X/SESP-SP, CPF nº 137.877.188-50, Telefones: (44) 3040-0677 e (45) 99921-4323, E-mail: liciteconosco@gmail.com, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante na DECISÃO n. 635/2019-ASSPRES, de 21/11/2019, celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 20/2017 (evento [0247313](#)) por mais 12 (doze) meses a partir de 19/12/2019, com prazo final em 18/12/2020.

Subcláusula única – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor total do presente termo aditivo é de **R\$ 213.946,88** (duzentos e treze mil novecentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos), correspondendo ao custo mensal atual do contrato de R\$ 16.599,84 (dezesseis mil quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos) durante os 12 meses de prorrogação mais eventuais despesas com horas extras, diárias e passagens, conforme detalhamento abaixo:

Postos de Serviços	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
POSTO ALMOXARIFE	4	R\$	R\$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		4.149,96	16.599,84
Total Mensal do Posto	4		R\$ 16.599,84
Total Anual do Posto	4		R\$ 199.198,08
Valor Estimado com Horas Extras	-	-	R\$ 4.948,80
Diárias			R\$ 9.200,00
Passagens			R\$ 600,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS			R\$ 213.946,88

FONTE: Solicitação SEAU nº [0469249](#) e Apostila nº 02 ao contrato originário (evento [0443582](#)).

Subcláusula única - O valor atualizado deste contrato, para fins de cômputo do limite máximo de eventuais acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 213.946,88.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste Aditivo, renovação da **GARANTIA**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, no valor de **R\$ 10.697,34** (dez mil seiscentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste aditivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula única – A apresentação da Garantia deverá seguir as exigências da Cláusula Quinta do Contrato originário (evento [0247313](#)).

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento na Cláusula Segunda do Contrato originário, no Art. 57, II, da Lei 8.666/93 e no Art. 51 da IN n. 05/2017 da SLTI/MPOG.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 26 de novembro de 2019.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Desembargador SANSÃO SALDANHA Pelo Contratante	JULIO CÉSAR DE PAULA SOUZA BARBOSA Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

ANEXO I DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 20/2017**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo em relação ao valor inicial atualizado do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 20/2017 (assinado em 18/12/2017) – Volume V do PA (evento n. 0247313) Vigência: 12 meses, a contar de 18/12/2017, podendo ser prorrogado. (garantia: R\$ 10.080,42)	R\$ 201.608,48	-
1ª Apostila (assinada em 29/11/2018) – Volume VIII do PA (evento n. 0367068) Repactuação de 1,015% sobre o contrato, a contar de 1º/01/2018. Valor total: R\$ 3.176,24	R\$ 3.176,24	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(garantia: R\$ 158,81)		
1º Termo Aditivo (assinado em 30/11/2018) – Volume VIII do PA (evento n. 0367923) Prorrogação da vigência por 12 meses, a contar de 19/12/2018 até 18/12/2019. (garantia: R\$10.239,24)	R\$ 204.784,72	-
2ª Apostila (assinada em 09/08/2019) – Volume X do PA (evento n. 0443582) Repactuação de 1,044% sobre o contrato, a contar de 1º/01/2019. Valor total: R\$ 9.162,16 (garantia: R\$ 458,11)	R\$ 9.162,16	-
2º Termo Aditivo (assinado em ____/11/2019) – Volume XI do PA (evento n. 0481207) Prorrogação da vigência por 12 meses, a contar de 19/12/2019 até 18/12/2020. (garantia: R\$ 10.697,34)	R\$ 213.946,88	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 213.946,88
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES DESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO CÉSAR DE PAULA SOUZA BARBOSA, Usuário Externo**, em 27/11/2019, às 08:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SANSÃO BATISTA SALDANHA, Presidente**, em 27/11/2019, às 10:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 27/11/2019, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 27/11/2019, às 11:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0481207** e o código CRC **3272A887**.

0000914-12.2017.6.22.8000

0481207v6

Criado por 006007062364, versão 6 por 006007062364 em 26/11/2019 11:10:31.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000914-12.2017.6.22.8000

INTERESSADO: STI

ASSUNTO: Análise de possibilidade de prorrogação – Contrato n. 20/2017 – Contratada: SETOPAR – Serviços Terceirizados do Oeste do Paraná EIRELI - ME – Análise de Minuta de Termo Aditivo n. 02.

PARECER JURÍDICO Nº 0471555 / 2019 - PRES/DG/AJDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa SETOPAR – Serviços Terceirizados do Oeste do Paraná EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob n. 03.637.701/0001-24, para prestar serviços continuado de apoio administrativo, consistente no fornecimento de 04 (quatro) postos de almoxarifados, dimensionada para 12 (doze) meses, a partir de 18/12/2017, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 20/2017 ([0247313](#)), e Primeiro Termo Aditivo ([0367923](#)), com vigência até 18/12/2019, atualmente em plena execução.

02. O interesse da prorrogação do ajuste veio aos autos por meio da Solicitação PRES/DG/STIC/COSUPUE/SEAU ([0469249](#)), na qual a unidade sugere a prorrogação do mencionado contrato pelo mesmo período inicialmente contratado de 12 meses. Informa que não há necessidade de reforço no empenho do exercício de 2019 e encaminha os autos ao GABSAOFC e junta a anuência da contratada no evento [0469204](#).

03. Pelo Despacho n. 5293/2019 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0469316](#)) a SAOFC encaminhou os autos para a SECONT visando elaboração da minuta do Termo Aditivo e registrou que não há necessidade de programação orçamentária para o exercício corrente e, por depender de aprovação de Lei de Orçamento Anual, não se faz possível a reserva orçamentária para o período do exercício de 2020.

04. A Minuta do Termo Aditivo n. 2º foi juntada no evento [0469396](#). Assim instruídos os autos vieram a esta Assessoria Jurídica ([0469411](#)). **É o necessário relato.**

II – DA PRORROGAÇÃO

05. Conforme relatado na Solicitação SEAU ([0469249](#)) há necessidade de prorrogação, por mais 12 meses, do contrato de prestação de serviços em comento, firmado entre este Tribunal e a empresa SETOPAR – Serviços Terceirizados do Oeste do Paraná EIRELI – ME.

06. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses. Veja-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – a **prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (Negritou-se).

07. O primeiro requisito para se permitir a prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de **forma contínua**. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo as atividades de conservação das urnas eletrônicas de propriedade desta Justiça Especializada. Veja-se a classificação da Corte de Contas:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010*, pág. 772).

08. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva - “**iguais e sucessivos períodos**”. O presente contrato, vigente a partir de 19/12/2019, com prazo de duração de 12 (doze) meses, será prorrogado pela segunda vez à conveniência da Administração, pelo mesmo período inicial de 12 (doze) meses. Também, verifica-se, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, com a pretensa prorrogação se não será ultrapassado, pois totalizará o íterim de 36 (trinta e seis) meses.

09. O terceiro e último requisito reside em **preços e condições mais vantajosas para a Administração**.

10. Conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, referida aferição dever ser realizada por meio de **pesquisa atual de preços no mercado**:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

11. Contudo o TCU formulou recomendações à SLTI/MPOG e à AGU no intuito de implementar melhorias nos procedimentos de licitação e de execução de contratos para a prestação de serviços de natureza contínua, consubstanciadas no **Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário**. Entre essas, a Corte de Contas Nacional alterou seu tradicional entendimento, fixando a seguinte orientação no tocante à aferição da vantajosidade nas prorrogações dos contratos:

Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário:

9.1.17 a vantajosidade econômica para a prorrogação dos contratos de serviço continuada estará assegurada, **dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:**

9.1.17.1 houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência da lei;

9.1.17.2 houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais;

9.1.17.3 no caso de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação forem inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP. Se os valores forem superiores aos fixados pela SLTI/MP, caberá negociação objetivando a redução dos preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato; (negitou-se)

12. Referidas orientações foram normatizadas pelo **Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, inicialmente por meio da Instrução Normativa 02/2008 e, posteriormente, pela Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017**, a qual revogou aquele normativo, cujo item 7 do Anexo IX, assim dispõe:

7. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

a) quando o contrato conter previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;

13. Destarte, o contrato em análise preenche os requisitos normativos definidos no item supra do Anexo IX, da IN MPDG/SLTI nº 05/2017, uma vez que a cláusula 26ª do ajuste em comento estabelece o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

reajuste em sentido estrito por meio de Convecção Coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO.

14. Nesses termos, poderá a Administração autorizar a prorrogação por mais 12 (doze) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

III – DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA

15. Ressalte-se que o Contrato n. 20/2017 ([0247313](#)) estabeleceu a obrigação de a Contratada oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA QUINTA – Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA deverá apresentar GARANTIA no valor de R\$ 10.080,42** (Dez mil, oitenta reais e quarenta e dois centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/93 e art. 19, XIX, da IN nº 02/2008 da SLTI/MPOG.

[...]

Subcláusula Sétima – A garantia deverá ser renovada e complementada a cada aditamento ou apostilamento da presente contratação.

16. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA N. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

17. A Corte de Contas orienta no sentido de que: **“Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”** (Manual de Licitações e Contratos 4^a Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz ainda as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário)** (Grifou-se)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 Plenário.** (Grifou-se)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 Plenário.** (Grifou-se)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18. Nessa linha, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar nova garantia no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA QUINTA do ajuste, conforme já sistematizado na Cláusula Terceira da minuta constante do evento 0469396.

IV - ANÁLISE DA MINUTA DO 2º TERMO ADITIVO

19. A minuta do 2º Termo Aditivo ([0469396](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

V – CONCLUSÃO

20. Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer, opina esta Assessoria pela possibilidade jurídica da prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, mantidos os demais termos e condições pactuados, materializada em Termo Aditivo, com a necessária renovação da garantia, com fundamento na CLÁUSULA QUINTA c/c sua Subcláusula Sétima do Contrato n. 20/2017, visto que presentes os requisitos legais previstos no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, **condicionada à demonstração de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.**

21. Por fim, para cumprimento do art. 38, Parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **aprova** os termos da minuta carreada aos autos ([0469396](#)).

22. Ressalte-se, por relevante, que esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que não lhe incumbe regimentalmente pronunciar-se acerca de outras questões, como os valores decorrentes dos atos registrados, dado seu caráter eminentemente técnico.

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva, Estagiário**, em 30/10/2019, às 14:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 30/10/2019, às 14:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0471555** e o código CRC **6A7ABF11**.

0000914-12.2017.6.22.8000

0471555v15

Criado por 016624702305, versão 15 por 004577222313 em 30/10/2019 14:04:09.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000914-12.2017.6.22.8000

INTERESSADO: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ASSUNTO: Prorrogação contratual – Contrato n. 20/2017 – Contratada: SETOPAR – Serviços Terceirizados do Oeste do Paraná EIRELI - ME – Análise de Minuta de Termo Aditivo n. 02.

DECISÃO Nº 634 / 2019 - PRES/ASSPRES

Trata-se de pedido de prorrogação do Contrato n. 20/2017 ([0247313](#)), firmado com a empresa **SETOPAR – Serviços Terceirizados do Oeste do Paraná EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ sob n. 03.637.701/0001-24, tendo por objeto a prestação de serviços continuados de apoio administrativo, consistente no fornecimento de 04 (quatro) postos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de almoxarifes, o qual se encontra em plena vigência até 18/12/2019, conforme Primeiro Termo Aditivo ([0367923](#)).

O interesse na prorrogação foi registrado nos autos através da Solicitação nº 0469249 - PRES/DG/STIC/COSUPUE/SEAU ([0469249](#)), em que a Seção de Atendimento aos Usuários – SEAU (unidade gestora do contrato) noticia a proximidade do término da vigência do Contrato supramencionado e sugere a prorrogação pelo mesmo período inicialmente contratado, de 12 meses. No mesmo expediente, informa que para a prorrogação pretendida não há necessidade de reforço no empenho para o exercício de 2019.

A empresa contratada manifestou anuência com a prorrogação do contrato, conforme se verifica dos documentos constantes dos eventos [0469204](#) e [0469205](#).

A Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC registra-se que **não há necessidade de programação orçamentária** para o período de **19/12/2019 a 31/12/2019**, uma vez que, para o presente exercício há saldo suficiente para cobertura da pretensa despesa e, para o período de **01/01/2020 a 18/12/2020**, ainda não é possível a programação e consequente reserva orçamentária por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2020 (evento [0469316](#)).

Após análise, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral emitiu Parecer Jurídico (evento [0471555](#)) em que opina pela possibilidade jurídica da prorrogação do Contrato Administrativo nº 20/2017, com fundamento na CLÁUSULA QUINTA c/c sua Subcláusula Sétima do referido contrato, visto que presentes os requisitos legais previstos no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, **condicionada à demonstração de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.** Ao final, aprova os termos da minuta elaborada pela SECONT, juntada no evento [0469396](#), para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Tanto a SAOFC (evento [0472447](#)) quanto a Diretoria-Geral (Manifestação 2083, evento [0476707](#)) manifestaram-se favoráveis à prorrogação dos prazos de vigência do Contrato n. 20/2017 ([0247313](#)), por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 19/12/2019, com fundamento no Inc. II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Segunda do referido instrumento contratual e nos termos da minuta de Termo Aditivo n. 02/2019 ([0469396](#)).

Diante do exposto, decido:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – DEFERIR a prorrogação dos prazos de vigência do Contrato n. 20/2017 ([0247313](#)), por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 19/12/2019, com fundamento no Inc. II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Segunda do referido instrumento contratual e nos termos da minuta de Termo Aditivo n. 02/2019 ([0469396](#));

II – DETERMINAR a notificação da contratada para apresentar nova garantia contratual no valor de R\$ 10.697,34 (dez mil seiscentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos), correspondente à 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do segundo termo aditivo, nos termos da Cláusula Quinta do Contrato Administrativo n. 20/2017 ([0247313](#));

III – DETERMINAR a verificação prévia à assinatura do termo aditivo, das condições de habilitação da contratada, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.

À Diretoria-Geral e SAOFC, para conhecimento e adoção das providências decorrentes desta Decisão.

Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, novembro de 2019.

Desembargador Sansão Saldanha, Presidente



Documento assinado eletronicamente por **SANSÃO BATISTA SALDANHA, Presidente**, em 22/11/2019, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0479388** e o código CRC **6AD1FEE6**.

0000914-12.2017.6.22.8000

0479388v15

Criado por 010141172305, versão 15 por 010141172305 em 20/11/2019 16:24:33.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Publicação do Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO n. 20/2017, assinado em 27/11/2019. Contratada: SETOPAR - SERVICOS TERCEIRIZADOS DO OESTE DO PARANA EIRELI - ME, CNPJ n. 03.637.701/0001-24. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 20/2017 por mais 12 (doze) meses a partir de 19/12/2019, com prazo final em 18/12/2020. Fundamentação: Cláusula Segunda do Contrato originário, no Art. 57, II, da Lei 8.666/93 e Art. 51 da IN n. 05/2017 da SLTI/MPDG. Valor: R\$ 213.946,88. Ato de Autorização DECISÃO Nº 634/2019 - PRES/ASSPRES, de 22/11/2019. Signatários: pelo Contratante, o Senhor Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, e pela Contratada, o Senhor JULIO CÉSAR DE PAULA SOUZA BARBOSA. Processo SEI n. 0000914-12.2017.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 27/11/2019, às 10:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0481784** e o código CRC **599CB7E2**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0000914-12.2017.6.22.8000

0481784v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 27/11/2019 10:14:56.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 230, quinta-feira, 28 de novembro de 2019

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº 63/2019

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 12/11/2019. Objeto: Pregão Eletrônico - Fornecimento de licenças do software proprietário Adobe Creative Cloud All Apps (pacote completo multiplataforma)

JULIAN VELLOSO PUGH
Pregoeiro

(SIDEC - 27/11/2019) 07001-00001-2019NE000075

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2019 - UASG 70010

Nº Processo: 0014057-38.2019. Objeto: Aquisição de 37 licenças perpétuas da suíte Microsoft Office Home & Business 2019 e de 4 licenças da suíte de aplicativos Adobe Creative Cloud 2019 por 36 meses, de acordo com as especificações técnicas e as condições constantes do Termo de Referência (ANEXO ÚNICO) do Edital. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 28/11/2019 das 08h00 às 14h00. Endereço: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160, 4º Andar, Sala 408, Graças - Recife/PE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70010-5-00045-2019. Entrega das Propostas: a partir de 28/11/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 12/12/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

WILLIAMS DE LUCENA ALVES
Pregoeiro

(SIASGnet - 27/11/2019) 70010-00001-2019NE000054

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2019 - UASG 70010

Nº Processo: 0017319-93.2019. Objeto: Prestação de serviços de digitalização, indexação e disponibilização de documentos arquivísticos e respectivo armazenamento em sistema informatizado, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I) do Edital. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 28/11/2019 das 08h00 às 14h00. Endereço: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160, 4º Andar, Sala 408, Graças - Recife/PE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70010-5-00050-2019. Entrega das Propostas: a partir de 28/11/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/12/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

WILLIAMS DE LUCENA ALVES
Pregoeiro

(SIASGnet - 27/11/2019) 70010-00001-2019NE000054

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2019 - UASG 70010

Nº Processo: 0010569-75.2019. Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de análise mensal e semestral da potabilidade da água de consumo nos imóveis da Justiça Eleitoral de Pernambuco, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I) do Edital. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 28/11/2019 das 08h00 às 14h00. Endereço: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160, 4º Andar, Sala 408, Graças - Recife/PE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70010-5-00057-2019. Entrega das Propostas: a partir de 28/11/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 17/12/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JOANA D ARC SIMOES DE BARROS
Pregoeira

(SIASGnet - 27/11/2019) 70010-00001-2019NE000054

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2019 - UASG 70010

Nº Processo: 0011788-26.2019. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de carpete na sala de sessões da Sede deste TRE-PE, incluindo a bancada dos desembargadores, auditório (pisos e paredes), sala dos desembargadores, sala de som e sala da OAB, de acordo com as especificações técnicas e as condições constantes do Termo de Referência (ANEXO I) do Edital. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 28/11/2019 das 08h00 às 14h00. Endereço: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160, 4º Andar, Sala 408, Graças - Recife/PE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70010-5-00060-2019. Entrega das Propostas: a partir de 28/11/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 12/12/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JOANA D ARC SIMOES DE BARROS
Pregoeira

(SIASGnet - 27/11/2019) 70010-00001-2019NE000054

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO Nº 46/2019

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 0014621-17.2019, publicada no D.O.U de 25/10/2019. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para fornecimento e instalação de 01 (uma) plataforma elevatória de acessibilidade na Central de Atendimento ao Eleitor de Cinco Pontas, de acordo com as especificações técnicas e as condições constantes do Termo de Referência (ANEXO I) do Edital. Novo Edital: 28/11/2019 das 08h00 às 14h00. Endereço: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160, 4º Andar - Sala 408 Graças - RECIFE - PE. Entrega das Propostas: a partir de 28/11/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/12/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ELIANE RODRIGUES DE CARVALHO SILVA
Pregoeira

(SIDEC - 27/11/2019) 070010-00001-2019NE000054

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CESSÃO DE USO

Termo de Cessão de Uso nº 020/2019, SEI 0031229-61.2017.6.17.8000. CESSÃOÁRIO: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. CEDENTE: Município de Paudalho, CNPJ: 11.097.383/0001-84. OBJETO: Cessão da sala da diretoria do Colégio Municipal Tancredo Neves, localizado na Rua Ladeira Preta, s/n, Bobócio, Paudalho/PE, CEP: 55825000, cuja posse e propriedade mansa e pacífica pertencem ao Cedente, para instalação de Posto de Atendimento Biométrico. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: nas Cláusulas do Termo de Cessão de Uso, nos preceitos de direito público e, supletivamente, nos princípios da teoria geral dos Contratos. VIGÊNCIA: início em 25/10/2019 e término em 13/12/2019, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo. DATA DE ASSINATURA: 28/10/2019. SIGNATÁRIOS: pelo Cessionário, Orson Santiago Lemos, Diretor-Geral; pelo Cedente, Marcelo Fuchs Campos Gouveia, Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n. 054/2019. SEI n. 0015926-36.2019.6.17.8000. ESPÉCIE: Prestação de serviços. CONTRATANTES: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e B.K. CASADO DE BARROS VERGOSA. CNPJ: 26.728.544/0001-68. OBJETO: A prestação de serviços de modernização e adequação nos componentes dos sistemas de abastecimento de água, do Edifício-Sede do CONTRATANTE e seu anexo da Rui Barbosa (praça do entrocamento), visando a eficiência hidráulica, sem troca dos equipamentos atuais existentes. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: 360 dias, contados a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União. VALOR DO CONTRATO: R\$ 28.656,00. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: programa - 02122057020GP0026; natureza de despesa - 339039; nota de empenho - 2019NE000977, de 23/10/2019; valor do empenho - R\$ 28.656,00. DATA DE ASSINATURA: 21/11/2019. SIGNATÁRIOS: pelo Contratante, Orson Santiago Lemos, Diretor-Geral, e, pela Contratada, Bárbara Klyssia Casado de Barros Vergosa, Representante Legal.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n. 42/2019. SEI n. 0021398-18.2019.6.17.8000. ESPÉCIE: Prestação de serviços. CONTRATANTES: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e PS SERVIÇOS DE LAVANDERIA EIRELI. CNPJ: 15.272.846/0001-58. OBJETO: A prestação dos serviços de lavanderia tais como serviços de lavagem de tapetes, carpetes, estofados, poltronas, cadeiras, vestuário, entre outros. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, dos Decretos nº 3.555/00, 5.450/05, 7.892/13, e 8.538/15, da Lei Complementar nº 123/06, Resolução TSE nº 23.234/10, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: a partir de 01 de janeiro de 2020, ou da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, se posterior a essa data, até 31 de dezembro de 2020. VALOR DO CONTRATO: R\$ 20.936,64. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: programa - Ação: 084609; Natureza da Despesa - 3390.39.46; Valor Global Estimado - R\$ 20.936,64. DATA DE ASSINATURA: 21/11/2019. SIGNATÁRIOS: pelo Contratante, Orson Santiago Lemos, Diretor-Geral, e, pela Contratada, Emílio Salem Dieb Neto, Sócio.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n. 040/2019. SEI n. 0019649-63.2019.6.17.8000. ESPÉCIE: Prestação de serviços. CONTRATANTES: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e SEGUROS SURA S.A. CNPJ: 33.065.699/0001-27. OBJETO: A prestação dos serviços de seguro de veículos da frota do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decretos nº 3.555/00, 5.450/05, 8.538/15, Lei Complementar nº 123/06, Resolução nº 23.234/10 e Lei 8.666/93. VIGÊNCIA: a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União até 31/12/2020. VALOR DO CONTRATO: R\$ 36.500,00. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ação 084609; natureza de despesa - 3390.39.69; valor - R\$ 36.500,00. DATA DE ASSINATURA: 22/11/2019. SIGNATÁRIOS: pelo Contratante, Orson Santiago Lemos, Diretor-Geral, e pela Contratada, Marcelo Pozzi Pestana, Representante Legal.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE. CT nº 064/2019. SEI nº 0030394-05.2019.6.17.8000. OBJETO: A prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades do TRE-PE, mediante adesão aos anexos do Instrumento contratual, que, individualmente, caracterizam cada modalidade envolvida. CREDOR: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. CNPJ: 34.028.316/0001-57. FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, caput, da Lei 8.666/93. PERÍODO: 01/01/2020 até 31/12/2020. Dotação Orçamentária: Ação: 084609 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral; Elementos: 339039.47; Valor Total Estimado: R\$ 260.000,00. AUTORIZAÇÃO: Orson Santiago Lemos, Diretor Geral, em 23/11/19. RATIFICAÇÃO: Frederico Ricardo de Almeida Neves, Desembargador Presidente, em 22/11/2019.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 44/19. PROCESSO SEI N.º: 0016004-30.2019.6.17.8000. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão nº 49/19. Eletrônico. OBJETO: registro de preços para eventual fornecimento de material, conforme tabela abaixo. BENEFICIÁRIA DO(S) ITEM(S): JOÃO LOPES DE LIMA JÚNIOR 01063046408. CNPJ: 27.724.827/0001-02. VIGÊNCIA: 28/11/2019 a 28/11/2020. DATA DE ASSINATURA: 18/11/2019.

ITEM	MATERIAL	UNID	QUANTIDADE MÁXIMA REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO (R\$)
1	Persiana horizontal em alumínio, lâmina de 25mm	m²	200	59,39

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho Ordinário. TRE-PE nº 2019NE1057, emitida em 21/11/2019. SEI nº0014448-90.2019.6.17.8000. CONTRATADA: BML Comercial LTDA. Valor: R\$ 957,00. OBJETO: Material de copa e cozinha. FUNDAMENTO LEGAL: Ata de Registro de Preços nº09/2019 do Pregão Eletrônico nº 010/19 deste TRE-PE. PTRES: 084796. Elemento de despesa: 3390.30.21.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2019 - UASG 70017

Nº Processo: 20190000404268. Objeto: Aquisição de 2 equipamentos do tipo Gateway. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 28/11/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Presidente Wilson, 194, 1º Andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70017-5-00046-2019. Entrega das Propostas: a partir de 28/11/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/12/2019 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br.

LUIS CESAR DANTAS GARCIA
Pregoeiro

(SIASGnet - 27/11/2019) 70017-00001-2019NE000001

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Publicação do Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO 20/2017, de 27/11/19. Contratada: SETOPAR - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DO OESTE DO PARANÁ EIRELI - ME, CNPJ 03.637.701/0001-24. Objeto: Prorrogar prazo de vigência Contrato 20/2017 por mais 12 meses. Valor: 213.946,88. Autorização: DECISÃO 634/19-ASSPRES, de 22/11/19. Signatários: Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, e Senhor JULIO CÉSAR DE PAULA SOUZA BARBOSA, pela empresa. Processo 0000914-12.2017.6.22.8000.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.trf-rondonia.br/autenticidade.html>, pelo código 05302025112800181

181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

